

Governo vai rever projetos de modernização

6 con Brasil
10 NOV 1992

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — O governo quer rediscutir com o Congresso os projetos de modernização da economia enviados ao Legislativo pelo presidente afastado Fernando Collor, como o de modernização dos portos, o que trata da propriedade intelectual e o da concessão de serviços públicos à iniciativa privada. O governo poderá rever, também, o cronograma de redução das alíquotas do Imposto de Importação.

"O Brasil não pode abrir a sua economia no momento em que o Primeiro Mundo se cerca de legislações protecionistas", afirmou ontem, um importante assessor do governo na área de política industrial.

Os funcionários dessa área esperam apenas ser confirmados oficialmente nos cargos para retomar a discussão sobre a modernidade e o neo-liberalismo. Segundo eles, o Brasil corre o risco de "seguir a on-

da errada" se apressar sua abertura às importações. Nos últimos dias, esta revisão de idéias ganhou força com uma série de acontecimentos: a atitude do governo argentino de sobretaxar as importações, a ameaça americana de taxar em até 200% produtos agrícolas europeus e a indefinição em relação às negociações da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio(Gatt) — que discute, há seis anos, a redução dos subsídios agrícolas concedidos por europeus e americanos.

Riscos — Segundo a fonte, o parque industrial brasileiro, principalmente o de bens de capital, corre o risco de desaparecer em cinco anos se for mantido o cronograma de redução das alíquotas do Imposto de Importação. Além do aumento do desemprego e da crise social, os técnicos do governo constatam que precisam ser tomadas algumas medidas de apoio aos setores mais sensíveis. Entre os planos em estudo

está a reativação dos incentivos fiscais a programas de exportação, os antigos Beflex. A meta é adequar o modelo extinto — que foi um dos pilares da política de substituição de importações — por um novo, adaptado aos setores que enfrentam problemas, como o de bens de capital e o automobilístico.

O assessor afirmou que hoje é mais barato comprar um carro japonês, financiado em dólar, do que adquirir um carro nacional financiado. "A pequena variação do dólar compensa o Imposto de Importação, sem falar que os juros internos inviabilizam o financiamento dos carros nacionais", explicou. No caso do projeto que trata de propriedade industrial, a fonte criticou a pressa do governo Collor em enviar um projeto ao Legislativo sem tê-lo discutido com a comunidade científica. "Todos os países são muito rígidos com a propriedade intelectual e o Brasil tem de re-discutir esta questão", afirmou.

ESTADO DE SÃO PAULO